REVISTA FLUMINENSE DE GEOGRAFIA 3

REVISTA ELETRÔNICA DA ASSOCIAÇÃO DOS GEÓGRAFOS BRASILEIROS - SEÇÃO NITERÓI
ANO 2- JAN/JUN DE 2006
ISSN 1980-9018

Os Sistemas Simbólicos e as Representações Socioespaciais no Contexto do Imaginário Instituído da Sociedade

The Symbolic System and Socio-spaces representations in Society Imaginary Context

O Autor

Andrelino de Oliveira Campos
Professor Adjunto do Departamento de Geografia da Faculdade de Formação de Professores da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (FFP/UERJ)

Resumo

Palavras-Chave

Abstract

Keywords

Introdução:

O estudo das representações no campo disciplinar da Geografia não é tão novo. Porém o esforço vem sendo feito, sobretudo, por aqueles que têm como base a Geografia Cultural, em que espaço e cultura, às vezes, são tratados de maneira visceral, outras vezes, ocasionalmente ligados entre si. O campo do conhecimento onde o estudo avançou mais foi no interior da Psicologia, na qual recebeu a denominação de "representação social", de certa maneira é por onde a Geografia Cultural vem talhando. Por outro lado, os estudos das representações em sua vertente espacial têm em Henri Lefebvre e alguns geógrafos que não pertencem às correntes culturalistas os seus maiores expoentes, quando trabalham o tema através das representações espaciais. Estas incorporam, perifericamente, a dimensão social das representações, mas tem a sua base teórica descolada do que foi produzido pela Psicologia Social. Então, como fazer estas duas teorias convergirem para o mesmo sentido?

Entre tantas possibilidades possíveis, acredita-se que o desenvolvimento sócio-espacial, parametrizado pela autonomia, seja uma das teorias que possam contribuir para criar um ponto de convergência entre espaço e sociedade no âmbito das representações. Neste sentido, pensar o indivíduo, ou grupo de indivíduos, não pode ser feito de maneira independente, nem no mundo material dos objetos, nem nas subjetividades da imaterialidade das relações sociais. O espaço, via materialidade dos objetos geográficos, não pode se constituir em sistemas distintos, gerando as suas próprias representações independentes; mas também as representações sociais não podem e não devem ser apreendidas sem a dimensão espacial. Portanto, propomos examiná-los como um único sistema, ou seja, como representações sócio-espaciais.

Os limites deste trabalho são óbvios: um artigo é um espaço importante, porém muitos pontos que poderiam ser melhor explorados, aqui não foi possível fazê-lo. Além deste fato, gostaria de informar que a pesquisa ainda está em andamento, não permitindo que esteja com todos os seus pontos consolidados.

As Representações Sócio-Espaciais como Parte do Imaginário Social no Contexto do Desenvolvimento Sócio-Espacial

Quando um projeto de urbanização em uma área favelada da cidade do Rio de Janeiro é interrompido por fatores que estão além da vontade da comunidade, como, por exemplo, a ação de grupos que territorializam espaços favelados, interrompendo a construção de equipamentos de infra-estrutura técnica de grande alcance sócio-esportivo, que vão além daquelas que geralmente podem se esperar de um projeto deste porte, como o da piscina comunitária ou de tornar o cruzeiro um centro ecumênico [1] , é uma violação escorchante aos direitos do indivíduo tanto no plano singular como no coletivo. Estamos, em primeiro momento, considerando que uma proposta de dotar uma dada comunidade deste tipo de equipamento seria um avanço substancial na relação entre comunidade e poder público, mesmo que as realizações destas obras não tenham passado pelo crivo da comunidade, possibilitando um instrumental para melhorar a auto-estima dos seus moradores. Porém, a questão torna-se muito mais grave quando o poder público deixa de garantir o direito da maioria, concordando pela não realização das obras. A ausência de autoridade, ou melhor, a presença de autoridade auto-instituída representa por si mesma uma ameaça a um dos elementos mais importantes na vida de uma sociedade: a liberdade, na qual a proposta do desenvolvimento sócio-espacial vê como uma possibilidade essencial para se constituir uma sociedade verdadeiramente autônoma.

Se comparadas a segregação induzida (aquela em que os indivíduos, alheios a sua vontade, são levados a ocuparem áreas com baixo potencial de incorporação imobiliário, em que um processo de desqualificação acaba ficando à parte das políticas públicas para o espaço urbano) e a auto-segregação, devemos atentar que ganham representação distinta entre os vários segmentos sociais. Como elemento argumentativo, pensamos que ser paulistano, por exemplo, não tem o mesmo sentido para toda a população da capital paulista, pois quem vive nos jardins tem um conjunto de valores que os afastam em muito daqueles que vivem na zona leste de São Paulo, que também recebe a denominação de jardim, como, por exemplo, Jardim Ângela, Jardim São Luiz, dentre outros correlatos, como Capão Redondo [2] . Essas populações convivem com fatos que dificultam a vida, como a violação dos direitos básicos, como o ir-e-vir cerceado pelas territorializações violentas empreendidas por aqueles que exercem controle em “áreas especiais” ou pela ação do poder público que impõe de maneira diferenciada para estas áreas a imposição de uma ordem que se afasta do modelo adotado para outras áreas urbanas.

O mesmo se pode dizer de outras grandes cidades, mas que tem no Rio de Janeiro, pelo menos no âmbito da moradia popular, um ambiente potencializado ao máximo de produção de heteronomia. Dificilmente, há grupos que sofrem apenas a segregação espacial, sem que o mesmo não esteja coberto pelo estigma da discriminação [3] étnica, regional ou religiosa; contudo, não há como se afirmar que todo o processo segregacionista, necessariamente, terá que vir acompanhado ou precedido pela pobreza. A pobreza é uma das desigualdades sociais provocadas pelas determinações econômicas, que criam um conjunto de constrangimentos às populações que vivem nas áreas periféricas das grandes e médias cidades capitalistas. O constrangimento tem a sua dimensão material através da segregação, mas também imaterial quando permite ao segregado se ver diante da sociedade e, ainda, quando evidencia a percepção da sociedade diante da inserção deste segmento nela própria, tendo em vista que segregação, sobretudo, a induzida, não ocorre por vontade do grupo marginalizado.

Em todos os espaços urbanos, independentemente do tamanho da cidade, algumas áreas são dotadas parcamente de infra-estruturas técnicas (urbanização precária ou ausente) e de infra-estruturas sociais (a quase ausência de serviços básicos como serviços de saúde, educacionais, apoio institucional a famílias em risco eminente, falta de estrutura de lazer), em

última instância estes são elementos potencializadores do estado de pobreza (Elizabeth GITTUS, 1976).
Como podemos perceber, um dos fatores importantes no contexto do estado de heteronomia é a acessibilidade. Porém, não só o acesso, mas, também o sentido e o controle serão importantes para dimensionarmos as representações sócio-espaciais, tendo em vista que estas instâncias provocam signos e valores distintos para camadas sociais também distintas. Além destas, o magma das significações, a alienação, a interação e qualidade de vida e justiça social (estas serão tomadas de autores diversos); e, ainda, a educabilidade, as desvantagens sociais e atitudes de grupo completam esta primeira aproximação das representações sócio-espaciais.
Como ressalta Souza, de maneira muito clara, "pode-se dizer que se está diante de um autêntico processo de desenvolvimento sócio-espacial quando se constata uma melhoria da qualidade de vida e um aumento da justiça social. A mudança social positiva, no caso, contempla não apenas as relações sociais, mas, igualmente, a espacialidade" (2000a, p. 61). A qualidade de vida e a justiça social não podem ser consideradas como elementos isolados no contexto do desenvolvimento sócio-espacial, mas como partes subordinadas e parametrizadas pela autonomia.
A justiça social e a qualidade de vida [4] , em uma sociedade que privilegie a autonomia, criam um imaginário positivo em quase toda a população, permitido, em geral, pela postura democrática de todos que estão envolvidos no processo. Desta maneira, quanto maior a participação da população, também será maior a justiça social, o que derivará uma maior qualidade de vida para todos. Por outro lado, quanto menor a participação popular, menores serão as chances de termos justiça social e qualidade de vida compatível com o bem-estar da maioria dos habitantes.

Os Momentos das Representações Sócio-Espaciais: Uma Proposta Teórico-Metodológica:

A representação sócio-espacial localiza-se a partir da *praxis* da sociedade e terá dois caminhos. O primeiro diz respeito à progressão da auto-estima coletiva que cria os meios necessários ao aumento constante da participação popular na aplicação dos recursos públicos (materiais e imateriais). Como a repartição dos recursos é fruto da ação política, ao longo do tempo, a sociedade é levada a uma *praxis* inclusiva de todos nos processos decisórios. Esse processo tende a modificar a relação entre poder público e população em geral, pois tem efeitos cumulativos no tempo. Ano após ano, o imaginário social se modificará, criando uma sinergia positiva sobre a capacidade de reivindicação, gerando expectativas sobre o todo social, tanto no que se refere aos aspectos sociais como nos aspectos espaciais [5] .
O segundo momento das representações sócio-espaciais refere-se a um contexto em que esteja presente a injustiça social generalizada e a qualidade de vida comprometida, quando se considera a maioria da população de uma dada sociedade. Tanto uma como a outra só poderão ser dimensionadas como tal por serem estritamente relacionais, havendo necessidade de comparações entre os segmentos sociais distintos. Se levarmos em consideração a capacidade de reivindicação das classes que são privilegiadas em comparação com a maioria da população, a distribuição dos recursos tenderá para os primeiros, permitindo, ao longo do tempo, uma valorização muito forte do espaço habitado e uma auto-estima coletiva positiva. Em contrapartida, como os recursos públicos são escassos, a eleição desses grupos coloca a maioria da população em situação de desigualdade social, que acumulará, ano após ano, frustrações, portanto uma baixa-estima. Enquanto os primeiros entenderão como um direito a inversão de recursos, os demais, quando beneficiados com investimentos demonstram uma "gratidão" àqueles que se dizem benfeitores, abrindo brechas ao clientelismo.

Assim, as representações sócio-espaciais, derivadas da injustiça social, serão positivas para os grupos privilegiados em função da *repetição* [6] das ações do poder público, e tenderá a ser "naturalizada" pelas gerações como um direito inalienável deste grupo. Por outro lado, os segmentos sociais menos organizados e com menor penetração política na sociedade (a maioria da população) tenderão a uma conformação política e, em certos casos, acreditarão, geração após geração, que as coisas funcionam assim e para sempre será dessa maneira. As representações sócio-espaciais serão constituídas de forma negativa, o que levará um estado de reificação ou ainda a uma situação infantil, como nos ensina Castoriadis.

Assim, o escravo só pode ser considerado um animal e o operário equiparado a uma coisa quando há um deslocamento de sentido de acordo com a reificação. No caso dos afro-descendentes, o deslocamento de sentido é claro, considerado pelos meios religiosos, aceito pela intelectualidade, como um ser sem "alma" no período escravocrata, transcendendo para a república pela sua "invisibilidade" perante aos grupos dominantes, como assinalam Darcy RIBEIRO (1996), Manuela Carneiro CUNHA (1985), Muniz SODRÉ (1988). Do "ser" desalmado à "invisibilidade" existe uma mudança no sentido, o escravo equiparado à coisa, a uma mercadoria, é destituído de sua condição humana, para mais tarde ser eclipsada pelo seu quase total desaparecimento no cenário nacional, e só ganha substância quando negros e "espaço" de moradia são criminalizados, subsumindo nos compêndios da história como um ausente crônico.

Do ponto de vista das práticas sociais, transformar os afro-descendentes em seres socialmente inferiores é uma condição básica da submissão presente desde o Brasil colônia que, ao deixar a escravidão para trás, não é reconhecido como igual, apesar das leis dizerem o contrário, em quase todas as áreas da vida. Por certo, sem sombra de dúvida, no imaginário instituído, ele ainda é reconhecido como inferior, apesar de não mais ser considerada a escravidão. Então, de desalmado a invisível houve apenas uma troca de sentido para tratar o mesmo grupo social, que cria uma sinergia negativa entre os negros e pardos diante da totalidade da sociedade: do ponto de ideológico estes tentam se transformar no outro, ou seja, em brancos.

Este estado de reificação vem funcionando de maneira circular para os afro-descendentes, pois no contexto social, como vem sendo demonstrado nas pesquisas do IPEA (2000), ele é dotado de menor grau de formação, o que os levam a se apropriar de uma menor renda; se a renda e a formação são menores, a qualidade da organização será constituída de forma deletéria, o que resultará em menor poder reivindicatório. E ainda, influenciará na qualidade de vida do grupo que, por si só, os levará a um estado de injustiça social crônico, reforçando as distâncias que existem entre o grupo dominante e aqueles que se encontram na base da pirâmide social. É lógico que tais questões cria no imaginário de todos os negros e pardos uma situação de incapacidade individual e coletiva, influindo negativamente na auto-estima.

O outro componente da representação sócio-espacial é a desvantagem social. Estamos entendendo que a desvantagem só pode ser operada no interior do estado de desigualdade, como algo que especifica uma situação. Enquanto a desigualdade tomará a sociedade ou parte dela como parâmetro, constituindo uma situação de heteronomia. A heteronomia consiste no fato de que a instituição da sociedade, criação própria, é apresentada por ela mesma como sendo obra de alguém mais, de uma fonte "transcendente": os ancestrais, os deuses, a natureza, ou – como em Marx – as leis da história (Castoriadis, 1987b, 40-1).

A desigualdade é posta, em uma visão marxista da história, como algo a ser superado pela própria história. Entretanto, ser pobre ou rico, instruído ou analfabeto, ter o sentido de pertencimento a uma comunidade ou não,

caracteriza um estado de desigualdade no âmbito geral de uma sociedade, mas há de se levar em consideração as especificidades geradas a partir destas desigualdades, as quais impedirão a percepção de que há grupos mais desiguais do que outros. Precisamos, então, de um outro conhecimento que torne visível estas especificidades. O ser pobre ou rico é uma condição posta para uma sociedade de classe, mas não mostra que parte dos indivíduos, em sua dimensão coletiva, é mais pobre ou rico do que outros. A desvantagem social só pode existir em um estado de heteronomia, pois tira deles a possibilidade de diminuir tal situação, tanto no que refere às práticas sociais como no contexto do imaginário instituído, elas geram representações sócio-espaciais negativas para o segmento em questão. Só a partir do seu reconhecimento poderá se pensar em políticas públicas que reduzam as desvantagens sociais, com alcance na totalidade da desigualdade. Por exemplo, existe uma tendência de se acreditar que os afro-descendentes ocupam, em número significativo, espacialmente as favelas do Rio de Janeiro. Um investimento massivo nestas áreas, além de beneficiar este grupo em desvantagem, também alcança a grande maioria da população, reduzindo a desigualdade. Obviamente, mudará o perfil das representações sócio-espaciais de todos os envolvidos, podendo contribuir até com a organização política dos que antes se encontravam em desvantagem social. Por certo, estaremos a caminho de uma maior justiça social e de uma ampliação da qualidade de vida que, não isoladamente, contribuição para se criar, de forma positiva, nova representação sócio-espacial.
A redução das desvantagens sociais, também influencia, além da qualidade de vida e da justiça social, o sentido, o acesso e o controle das políticas públicas e da própria cidade em toda a sua plenitude pelos cidadãos, permitindo uma redução do estado de alienação.

De acordo com Lynch, ao falar de sentido de uma cidade, refere-se à clareza com que se pode perceber e identificar a facilidade de seus elementos em se relacionar com outros acontecimentos e lugares em uma representação mental coerente do espaço e do tempo, e como essa representação pode se ligar aos conceitos e valores espaciais. Esta é a articulação entre a forma, os processos humanos de percepção e o conhecimento destas qualidades, é a raiz dos sentimentos pessoais referentes à cidade. A percepção é um ato criativo, não uma recepção passiva (Lynch, 1985, p. 100). Pela sua dimensão tempo/espacial/perceptiva, o sentido é tipicamente uma representação sócio-espacial, necessita além dos elementos cognitivos e da percepção, mas também necessita das práticas espaciais ao longo do tempo. Apesar da importância do espaço, o espaço social, a dimensão temporal é de importância capital, pois se não a levarmos em consideração, a territorialidade que dá lógica à identidade territorial do grupo, não se realiza, não tem como acontecer.

O sentido, não isoladamente, é influenciado pela fixação de objetos geográficos através da percepção da forma [7] que este nos apresenta. Entendemos como objeto geográfico, apoiados em Santos (1996), tudo que é parte da totalidade do espaço social, natural ou constituído pela sociedade, material ou imaterial (através dos signos e valores). Os objetos geográficos, apesar do sentido que representa separadamente para os indivíduos, como, por exemplo, um carro, uma casa, um campo de trigo, uma jazida de petróleo, um *shopping center*, ganha sentido pleno no conjunto, na reunião das coisas. De acordo com a distribuição dos objetos geográficos, uma parte da sociedade lhe dará sentido positivo, enquanto a outra lhe atribuirá um sentido negativo. Quanto maior for o acesso, o sentido tenderá a uma positivação, o que representará um controle efetivo da sociedade sobre o espaço. Em contrapartida, se o acesso sofrer

restrições, dependendo do grau de interdição, o sentido será negativo, o que tornará o controle do espaço subordinado aos interesses dos grupos de maior poder de organização, portanto, a representação sócio-espacial será negativa, o que será elemento para reduzir a auto-estima do grupo inferiorizado.

Por seu turno, o acesso, segundo Lynch, pode ser classificado de acordo com os elementos que constituem barreiras espaciais e/ou simbólicas que causam restrições ou constrangimentos espaciais ou, de acordo com aqueles elementos, que criam facilidades para haja liberdade de ir-e-vir dos indivíduos ou grupos de indivíduos. Entretanto, restringir ou liberar, muito mais do que um ato de vontade, pertence à questão relacional da sociedade, mesmo quando se trata das relações mais simples. Este jogo é entendido pelo autor como "se permitir a" e "ser permitido a", como momento de ultrapassar os atos de vontade. Da dimensão mais simples (básica), o acesso às demais pessoas – à família, aos amigos – e à uma variedade de conhecimentos mais circunstanciais deveria constituir em direito alienável de todos. Os seres humanos são animais sociais e os contatos freqüentes, ao menos entre os membros de um grupo social primário, são fundamentais para seu bem-estar. Segue em importância o acesso a certas atividades humanas. As atividades chaves para muitos adultos podem ser o trabalho e a residência, porém devemos incluir também alguns serviços importantes: os financeiros, médicos, recreativos, educativos e religiosos. Estas atividades representam oportunidades para que as pessoas tenham algo – trabalhar, adorar, estudar ou recrear-se, por exemplo – ou proporcionar um serviço valioso, como um hospital ou um banco. A maior parte do deslocamento urbano é registrada de acordo com as viagens casa-trabalho e do trabalho-casa. Por outro lado, raras vezes são contadas as viagens dos menores, a menos que sejam em automóvel (Lynch, 1985, pp. 138-9).

Na medida em que alguns membros da sociedade podem exercer os seus direitos, significando acesso a todas as instituições sociedade, eles também recriam os sistemas simbólicos tanto no campo do imaginário social como realimentam-nos com suas práticas. Por outro lado, se os acessos sofrem restrições para parte significativa da população – ao mesmo tempo, ela não tem uma consciência política, seja porque não há uma estrutura organizacional interna, seja porque há uma reprodução das práticas antigas – , acabam permitindo o controle que suscita dois movimentos distintos: reunião/separação. Tanto acesso/controle e reunião/separação [8] são operados em pares, juntados na ordem ou em outros pares, sendo que todos, necessariamente, estão vinculados ao sentido.

No que se refere ao controle, segundo Lynch, este diz respeito à conduta das pessoas e ao espaço que estão associados e que, ao mesmo tempo, devem ser regulados. Os homens e as mulheres são animais territoriais: usam o espaço para regular suas relações pessoais e reclamam seus direitos sobre um território a fim de conservar os recursos materiais e imateriais. As pessoas exercem estes controles sobre um pedaço de terra e também sobre os espaços que acompanham cada pessoa. Os controles espaciais têm grandes conseqüências psicológicas: sentimento de ansiedade, satisfação, orgulho ou submissão. O controle, apesar de ter o Estado como um dos agentes fundamentais neste exercício, sustenta de maneira direta ou indireta, ação de grupos privados que, através do sistema de objetos geográficos, fixam formas espaciais que possibilitam um afastamento maior ou menor dos demais membros da sociedade. Um *shopping center*, uma via expressa, um condomínio de auto-segregação, uma favela, ou um mercado popular (camelódromos), para além de sua materialidade, implicitamente, eles criam valores de reunião entre um segmento da população, mas também cria a separação dos outros membros da sociedade, pois alguns

destes conjuntos – não podemos tratá-los como se fosse um único objeto geográfico, mas como um sistema de objetos, como nos ensina Milton Santos (1996) – têm acessos restritos, seja pelo conjunto de signos, seja pelo fator econômico, criam marcas espaciais de atração ou repulsão de pessoas ao seu interior. O discurso que originará da fixação destes objetos geográficos, em uma sociedade, em geral, será sutil, atravessará a questão ligada à classe social, mas não consegue ser explicado de maneira que não mereça contestação daqueles que estão sendo excluídos, como a questão do racismo, um elemento de injustiça social, restringe o acesso, impede o sentido de pertencimento, cria constrangimento no que se refere ao acesso.

O último elemento que constitui a representação sócio-espacial é a educabilidade. Apesar de seu aparente deslocamento das outras instâncias, ela é fundamental no sentido de promover no interior do indivíduo uma capacidade de discernir o que é importante para si e para o coletivo. Também se constitui em um instrumento importante da autonomia, pois ela só pode existir quando existem indivíduos livres. Em uma sociedade onde a parte significativa da população transita entre o analfabetismo e a alfabetização funcional, não poderá ser livre no sentido estrito do termo. Como podemos perceber nas duas tabelas acima, existe, queiramos ou não, uma forte correlação entre formação e apropriação da renda, criando um estado crônico de desvantagem social, proporcionando a constituição de uma alienação social entre os afro-descendentes.

Considerações Finais

Como podemos examinar até aqui, as representações sócio-espaciais resultam dos elementos materiais, da *praxis* que nos leva a reunir/separar em iguais/diferentes. Estas dinâmicas sociais estruturadas (ou não) têm como *locus* o pensamento do indivíduo (ou indivíduos). Educabilidade, qualidade de vida-justiça social, reunião-separação, sentido-acesso-controle, muito mais do que um ato de vontade, eles pertencem ao coletivo, dos desejos emanados na própria sociedade, pois se não for assim, irão fazer parte do conjunto de desejos individuais, que poderão ser enquadrados no que Castoriadis designou como “situação infantil”, porque no âmbito individual a organização não poderá acontecer para o coletivo.

As representações sócio-espaciais ainda têm muito que avançar, pois, à medida que a informação constitui em um dos elementos fundamentais nestes tempos de globalização da produção, das finanças, da cultura etc., a tendência é o mundo simbólico ganhar novos conteúdos, obrigando a todos a resignar os seus mundos individuais. Entretanto, pode significar um avanço: o acesso às informações em tempo real. A maior parte da população do planeta vive as identidades territoriais, construídas a partir de suas práticas cotidianas, isto significa viver e recriar o espaço de suas próprias cidades, recriando os sistemas simbólicos, possibilitando novas representações sócio-espaciais, realimentando, de certa forma, os signos e os valores forjados para cada indivíduo ou para grupos de indivíduos.

Bibliografia

ABRIC, Jean-Claude. A abordagem estrutural das representações sociais. In: MOREIRA, Antonia Paredes & OLIVEIRA, Denise Cristina (orgs.). Estudos interdisciplinares de representação social. Goiânia: AB Editora, pp. 27-38, 2000.

BOURDIEU, Pierre. O poder simbólico. Rio de Janeiro/Lisboa: Difel/Bertrand Brasil, 1989.

CASTORIADIS, Cornelius. A instituição imaginária da sociedade. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1986.

_____. As encruzilhadas do Labirinto/1. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987a.

_____. As encruzilhadas do Labirinto/2: os domínios do homem. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987b.

CHAUI, Marilena. Mito fundador e sociedade autoritária. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2000.

CORRÊA, Roberto Lobato. Espaço, um conceito-chave de Geografia. In: CASTRO, Ina Elias et alli (orgs.). Geografia: conceitos e temas. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1995.

CUNHA, Manuela Carneiro da. Negros, estrangeiros: os escravos libertos e sua volta à África. São Paulo: Brasiliense, 1985.

FERDOZZI, Luciano. Orçamento participativo: reflexões sobre a experiência de Porto Alegre. Porto Alegre: Tomo Editorial, 1997.

FRANKLIN, John Hope. Raça e História. Ensaios selecionados (1938-1988). Rio de Janeiro: Rocco, 1999.

GITTUS, Elizabeth. Deprived areas and social planning. In: Herbet, D. T. & Johnston, R. J. (orgs.). Spatial perspectives on problems and polices. London, New York, Sidney e Toronto: John Wiles & Sons, pp. 209-233, 1976

HARVEY, David. Condição pós-moderna. São Paulo: Loyola, 1993.

LEFEBVRE, Henri. The production of space. Oxford (UK) & Cambridge (USA): Blackwell, 1991

LYNCH, Kevin. La buena forma de la ciudad. Barcelona: Gustavo Gili S.A, 1985

RIBEIRO, Darcy. O povo brasileiro. A formação e o sentido do Brasil. São Paulo: Cia. das letras, 1996.

ROUQUETTE, Michel-Louis. Representações e Práticas sociais: alguns elementos teóricos. In: MOREIRA, Antonia Paredes & OLIVEIRA, Denise Cristina (orgs.). Estudos interdisciplinares de representação social. Goiânia: AB Editora, 2000.

SANTOS, Milton. A natureza do Espaço: técnica e tempo / razão e emoção. São Paulo: HUCITEC, 1996

SENNETT, Richard. Carne e Pedra: o corpo e a cidade na civilização ocidental. Rio de Janeiro: Record, 1997.

SODRÉ, Muniz. O terreiro e a cidade: a forma social negro-brasileira. Petrópolis: Vozes, 1988.

SOUZA, Marcelo Lopes de. O território: sobre espaço e poder, autonomia e desenvolvimento. In: CASTRO, Iná Elias et alli (orgs.). Geografia; conceitos e temas. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1995.

_____. Algumas considerações sobre a importância do espaço para o desenvolvimento social. In: Revista Território (2) 3. Rio de Janeiro:

LAGET/UFRJ – Garamond, 1997, pp. 14-35.

_____. O planejamento e a gestão das cidades em uma perspectiva autonomista. In: Revista Território (5) 8. Rio de Janeiro: LAGET/UFRJ/CNPq, 2000a, pp. 67-100.

_____. O desafio metropolitano. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2000b.

_____. Mudar a cidade: uma introdução crítica ao planejamento e à gestão urbanos. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2002.

TODOROV, Tzvetan. Teorias do símbolo. São Paulo: Papirus, 1996.

WAGNER, Wolfgang. Sócio-gênese e características das representações sociais. In: MOREIRA, Antonia Paredes & OLIVEIRA, Denise Cristina (orgs.). Estudos interdisciplinares de representação social. Goiânia: AB Editora, 2000.

---

[1] Entrevista concedida a este pesquisador pela liderança comunitária do Parque Vila Isabel, em 13 de fevereiro de 2003 (maiores detalhes serão tratados adiante, no quarto capítulo 4). As territorializações nas favelas, diferente do senso comum, ocorrem por vários grupos, dentre os quais aqueles que têm como fio condutor os projetos sociais das diversas religiões que os constituem grupos de poder. Entretanto, os grupos de maior evidência são aqueles ligados ao tráfico de drogas.

[2] O termo *capão*, para o nosso objetivo, tem sentido semelhante para o que estamos examinando, pois significa, segundo *Aurélio – século XXI*, uma porção de mato isolado no meio do campo, ilha de mato. Esta designação se põe ao nível de desqualificação da representação que ganhou a palavra *jardim* quando significa locais de grandes aglomerações populares, e, portanto, espacialmente desvalorizado. No Rio de Janeiro, este termo também é utilizado com a mesma acepção, como Jardim Violeta, Jardim Catarina, dentre outros tantos.

[3] A discriminação/segregação, como demonstra SENNETT (1997), no que se refere aos judeus, nem sempre é acompanhado pelo estado de pobreza.

[4] Em função de sua importância, vamos considerar justiça social e qualidade de vida levando apenas em consideração a dimensão pública da aplicação dos recursos.

[5] Ver Souza (2000a) quando trata do processo de democratização do orçamento de Porto Alegre; ver ainda Luciano Fedozzi (1997).

[6] CASTORIADIS (1986, p. 296) trata da figura da repetição quando a equipara à iteração. Observa o autor quando “O esquema operativo da equivalência, do valer como (...), implica circularmente o da iteração: torna-o possível, posto que iterar é repetir a mesma coisa como diferente ou colocar o diferente como mesmo *quanto a* (...) e é possibilitado por este, posto que nunca poderia funcionar sem esta repetição do mesmo como diferente ou do diferente como o mesmo”.

[7] A forma, diferente do senso comum, é o que permite entender o objeto geográfico para além da sua presentificação, pois leva a entendê-lo de acordo com a percepção, uma instância do pensamento, assim como a estrutura, a função e o processo. Para um aprofundamento desta discussão, veja Santos (1977), Lefebvre (1991; 1999), Jean-Paul Sartre (1996), Marx (1890/1983, p. 53), dentre outros.

[8] Reunião/separação são consideradas aqui como operadores da representação sócio-espacial, assumem papéis secundários, pois não existem sem o sentido, controle e acesso. Elas são entendidas como operadores reativos, na medida em que, segundo CASTORIADIS (1986, p. 290), a reunião deverá agrupar aquilo que pertence ao signo ou ao objeto. Como o signo e objeto não têm sentido em si, precisam que lhe sejam atribuídos valores, eles são operados de acordo com os interesses dos grupos responsáveis pelas suas existências. Da mesma maneira, a separação se dará pelo que não pertence ao signo e ao objeto, que sofrerá uma difusão de acordo com o sistema simbólico em jogo.